



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
ACRE  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Cruzeiro do Sul
Processo:	07014506320198010002
Classe do Processo:	Apelação
Data/Hora:	20/05/2022 16:10:47

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

**Arquivos**

Petição:	2630393_RECURSO_DE_AP ELACAO_01 - 1-5.pdf
Anexo - Petição:	2630393_RECURSO_DE_AP ELACAO_Anexo_02 - 1-3.pdf



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL/AC**

**Processo n. 07014506320198010002**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **THALITA SAIURE CASTRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CRUZEIRO DO SUL, 4 de maio de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AC 3988**

**DIEGO PAULI**  
**4550 - OAB/AC**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL / AC**

**Processo n.º 07014506320198010002**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: THALITA SAIURE CASTRO DA SILVA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLENDIA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 19/07/2018.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada,

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

**DAS DIVERGÊNCIAS NOS LAUDOS PERÍCIAS**

O laudo pericial elaborado pelo IML em 06/01/2020, assinado pelo Dr. Dr. Fábio Loureiro Pimentel, informa a **INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA PELA PERDA DE BAÇO NO PERCENTUAL DE 10% - RESIDUAL**.

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6. 194/74 com redenção introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

1ª LESÃO:  
R: Perda de Baço.

☒ 10% Residual      ☐ 25% Leve      ☐ 50% Média      ☐ 75% Intensa.

Contudo o laudo da perícia médica elaborado pelo mesmo médico perito em 15/04/2021, realizado no Hospital Regional do Juruá, indica apenas **RETIRADO DO BAÇO 100 %**.

Paciente vítima de acidente de trânsito com laparotomia e esplenectomia (Retirada de Baço), acidente em 20/07/2018.

Percebe-se que o profissional divergiu no que diz respeito à gradação da lesão indenizável, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Na hipótese, **NÃO HÁ UMA UNIFORMIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO QUANTO À DEVIDA GRADAÇÃO DE PERDA** da lesão sofrida pelo autor de acordo com a tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Destaca-se, ainda, que não se apresenta plausível a conclusão do último laudo emitido pelo Dr. Fábio Loureiro Pimentel, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam possível melhora, atenuação, de eventual quadro clínico da parte autora, não se justificando assim, a ideia de uma permanente invalidez em patamar integral para lesões não estruturais e que não comprometem o labor e a vida social da vítima.

Vistos os fatos, vem a apelante requerer a esta colenda Câmara recursal que se digne a reformar a sentença *a quo*, *liminarmente*, julgando-a nula de pleno direito e em consequência, determinar a intimação do ilustre perito para o devido esclarecimento acerca do percentual de invalidez que o autor possui para que proceda com o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na lei nº 11.945/09, por ser medida de direito e da mais salutar justiça!

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORRECAO MONETARIA**

Constou na parte dispositiva da sentença o seguinte:

### **III - DISPOSITIVO**

Consequentemente, **julgo parcialmente procedente** o pedido constante da inicial e, em consequência, condeno o requerido a pagar à autora a importância de R\$ 1.350.00 (mil, trezentos e cinquenta reais), que deve ser corrigida monetariamente, incidindo-se sobre o montante juros moratórios legais, a contar do evento danoso.

Em sendo mantida a condenação da parte Apelante, merece reforma aplicação do consectário *in voga*, considerando que o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação.

Ademais requer esclarecimentos quanto ao marco inicial da correção monetária.

**Assim requer a reforma da sentença para que o marco inicial dos juros seja a data da citação bem como o termo inicial da correção monetária seja a data do evento danoso.**

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CRUZEIRO DO SUL, 4 de maio de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AC 3988**

**DIEGO PAULI**  
**4550 - OAB/AC**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **4550 - OAB/AC** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **THALITA SAIURE CASTRO DA SILVA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **CRUZEIRO DO SUL**, nos autos do Processo nº 07014506320198010002.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2022.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
PODER JUDICIÁRIO  
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

GRJ

DATA	05/05/2022
Nº	002.0013747-29
TOTAL	R\$ 181,80

<b>DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO</b>				
Nome	:	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA		
Endereço	:			
<b>DADOS DO PROCESSO</b>				
Número	:	0701450-63.2019.8.01.0002		
Tipo de custas	:	Recursos		Data do cálculo : 05/05/2022
Requerente	:	Thalita Saiure Castro da Silva		
Requerido	:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A		
Nome da ação	:	Procedimento Comum Cível		
Área	:	Cível		Vencimento : 04/07/2022
Valor da causa	:	R\$ 6.750,00	Perc. cálculo : 100,00 %	
Cartório	:	Secretaria da 2ª Vara Cível		
Comarca	:	Cruzeiro do Sul		
<b>TAXA JUDICIÁRIA</b>			<b>SUBTOTAL R\$ 181,80</b>	
Taxa Judiciária			CÓDIGO	VALOR
Recolhimento: Recurso de Apelação			1	181,80
Valor ação: 6.750,00 % Aplicado: 2,00				0,00
Valor mínimo: 181,80 Valor máximo: 48.480,00				181,80

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

**TOTAL A RECOLHER**  
**R\$ 181,80**



| 001-9 |

**Instruções para Pagamento**

Até o vencimento, ou no 1º dia útil seguinte, se aquele não o for, poderá ser pago em qualquer banco participante da Compensação de Cobrança. Após o vencimento, deverá solicitar outro boleto ao PODER JUDICIÁRIO

**RECIBO DO SACADO**

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121</b>				Agência/Código do Beneficiário <b>3550-5/119368-6</b>		Data de Vencimento <b>04/07/2022</b>	
Data do Documento <b>05/05/2022</b>	Nr. Documento <b>0701450-63.2019.8.01.0002</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>05/05/2022</b>	Nosso-Número <b>28490980000120102</b>		
Uso do Banco	Carteira <b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>181,80</b>		
<b>Informações de Responsabilidade do Beneficiário</b> Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Requerente: Thalita Saiure Castro da Silva Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>181,80</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA</b>					Guia: 002.0013747-29		
Endereço: <b>Secretaria da 2ª Vara Cível</b>					Código de Baixa		
Sacador/Avalista					Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		

Recebimento através do cheque nº  
do banco  
Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo  
banco sacado.



| 001-9 |

**FICHA DE CAIXA**

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121</b>				Agência/Código do Beneficiário <b>3550-5/119368-6</b>		Data de Vencimento <b>04/07/2022</b>	
Data do Documento <b>05/05/2022</b>	Nr. Documento <b>0701450-63.2019.8.01.0002</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>05/05/2022</b>	Nosso-Número <b>28490980000120102</b>		
Uso do Banco	Carteira <b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>181,80</b>		
<b>Informações de Responsabilidade do Beneficiário</b> Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Requerente: Thalita Saiure Castro da Silva Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>181,80</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA</b>					Guia: 002.0013747-29		
Endereço: <b>Secretaria da 2ª Vara Cível</b>					Código de Baixa		
Sacador/Avalista					Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		



| 001-9 |

00190.00009 02849.098005 00120.102173 1 90360000018180

Local de Pagamento <b>Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br</b>					Data de Vencimento <b>04/07/2022</b>		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121</b>					Agência/Código do Beneficiário <b>3550-5/119368-6</b>		
Data do Documento <b>05/05/2022</b>	Nr. Documento <b>0701450-63.2019.8.01.0002</b>	Espécie DOC <b>GRJ</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>05/05/2022</b>	Nosso-Número <b>28490980000120102</b>		
Uso do Banco	Carteira <b>17</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento <b>181,80</b>		
<b>Informações de Responsabilidade do Beneficiário</b> Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO. Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Requerente: Thalita Saiure Castro da Silva Valor da ação: R\$6.750,00 - Classe: Procedimento Comum Cível					(-) Desconto/Abatimento		
					(+ Juros/Multa		
					(-) Valor Cobrado <b>181,80</b>		
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA</b>					Guia: 002.0013747-29		
Endereço: <b>Secretaria da 2ª Vara Cível</b>					Código de Baixa		
Sacador/Avalista					Autenticação Mecânica - <b>Ficha de Compensação</b>		





Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		Nº DA CONTA JUDICIAL	
		09/05/2022		0		0	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA			
09/05/2022		28490980000120102		ESTADUAL			
UF/CONARCA		Nº DO PROCESSO		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
AC/Cruzeiro do Sul		07014506320198010002		RÉU		181,80	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		ORGÃO/VARA		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Vara Cível		Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
THALITA SAIURE CASTRO DA SILVA				FÍSICA		02858688290	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
81A49B58B46F3C43							
CÓDIGO DE BARRAS							
00190.00009 02849.098005 00120.102173 1 903600000018180							